

## **A TECNOBUROCRACIA E O CICLO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 30.11.1980

A lei de salários que acaba de a ser aprovada por decurso de prazo é mais um sinal da perda de poder e das crescentes dificuldades econômicas por que vem passando a classe média empregada ou tecnoburocracia desde que, em meados dos anos setenta, a sociedade brasileira entrou quase simultaneamente em um processo de desaceleração econômica e de crise política. É enganoso, entretanto, imaginar que este é um movimento de longo prazo. É bem provável que em um futuro não muito longínquo a tecnoburocracia volte a assumir um papel decisivo na sociedade brasileira. E serão Possivelmente outras frações dessa classe que passarão a assumir, juntamente com a burguesia, o papel de classes dirigentes.

Temos duas classes dominantes no Brasil. A burguesia (alta burguesia e média burguesia ou classe média proprietária) é a classe dominante principal, mas ao seu lado, ora em conflito, geralmente em cooperação, surge a tecnoburocracia ou classe média empregada, cujo papel não apenas nos aparelhos repressivos e ideológicos da sociedade, mas também nos aparelhos produtivos (empresas públicas e privadas) é essencial.

Desde 1975, quando a burguesia, diante da desaceleração econômica e a derrota do governo nas eleições de 1974, iniciou uma campanha contra a estatização, na verdade ela estava rompendo provisoriamente sua aliança com a tecnoburocracia estatal civil e militar. A fração da tecnoburocracia no poder falhara em sua tarefa de administradora da política econômica e social, e a classe dominante burguesa, diante desse fato, desenvolveu um projeto político para reassumir mais diretamente o poder político. A campanha contra a estatização e depois o engajamento no projeto de redemocratização foram capítulos desse projeto burguês.

A burguesia não obteve pleno êxito em sua estratégia. A fração tecnoburocrática no poder cedeu, abriu espaço para a burguesia e secundariamente para os trabalhadores, interrompeu relativamente o processo de concentração de renda, manteve o comando do

processo de abertura política limitada. Mas todas essas “concessões”, que na verdade foram vitórias da burguesia e/ou dos trabalhadores, não impediram a perda de legitimidade (apoio da sociedade civil) e portanto a perda de grande parte do poder real. Conservou, entretanto, o poder oficial, formal, graças de um lado a uma série de manobras autoritárias no plano eleitoral (lei Falcão, senadores biônicos) e de outro devido ao medo ou a hesitação da burguesia em romper definitivamente com essa fração da tecnoburocracia no poder.

A perda de poder da tecnoburocracia, entretanto, não ocorreu apenas ao nível de cúpula governamental. A classe média empregada de um lado sofria a pressão política da burguesia, de outro lado sofria a pressão econômica da desaceleração. Durante o “milagre” a tecnoburocracia foi considerada por muitos a principal responsável pelas extraordinárias taxas de crescimento logradas entre 1967 e 1974. Além disso, foi, juntamente com a burguesia, sua grande beneficiária. Nesse período não só o número de postos tecnoburocráticos aumentou de forma extraordinária nas empresas e instituições públicas e privadas, mas também, devido ao aumento da procura, aumentaram extraordinariamente os salários dos tecnoburocratas. O leque salarial ampliou-se nesse período de forma dramática. Enquanto os salários mais baixos não pararam de ser reduzidos, os altos ordenados aumentaram em termos reais cada ano.

Esse processo de abertura do leque salarial termina em 1975, quando a desaceleração econômica coincide, inclusive, com o aumento da oferta de formados pelas escolas superiores de todo o país. Termina também no momento em que o poder político da tecnoburocracia passa a ser desafiado pela burguesia. Com a redução da procura por administradores e técnicos, diretamente relacionada com a diminuição na taxa de acumulação de capital, e o aumento vegetativo da oferta, o desemprego começa a se tornar um problema cada vez mais grave para a classe média empregada. Os salários reais dos novos admitidos começa a baixar. A emenda à lei salarial determinando os reajustes consideravelmente inferiores à taxa de inflação para os ordenados altos e deixando submetidos à livre negociações os ordenados mais altos não é mais do que o reconhecimento oficial dessa situação.

Nesse momento torna-se patente a fraqueza ideológica (e política) da tecnoburocracia. Na medida em que ela se recusa a reconhecer sua condição de classe, ela tem dificuldades de defender seus interesses eventualmente legítimos. Diante da ofensiva

política da burguesia, ela recua em todas as linhas, faz juras desnecessárias de fidelidade à classe dominante. Diante da ameaça econômica representada pelo desemprego e a redução dos ordenados ela se mantém impotente. Mas isso não significa que sua perda de posição e poder continuara indefinidamente. Pelo contrário, é bem possível que uma reversão esteja à vista, primeiro no plano político depois no econômico.

Nossa hipótese mais geral para explicar o que vem ocorrendo com a tecnoburocracia é a que suas relações de cooperação e conflito com a burguesia, nos quadros do capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, são cíclicas, acompanhando os movimentos mais gerais do ciclo econômico capitalista.

No capitalismo tecnoburocrático ou capitalismo monopolista de estado o ciclo econômico capitalista naturalmente não desapareceu mas assumiu um caráter político fundamental, na medida em que o estado, através dos tecnoburocratas encarregados de executar a política econômica de curto prazo e planejamento econômico de longo prazo, procuram controlá-lo. O mercado, em face dos grandes oligopólios privados e dos monopólios estatais, deixou de ter condições mínimas de controlar automaticamente o sistema econômico. Nesses termos, quando a economia entra em fase de prosperidade, o poder dos tecnoburocratas aumenta de forma decisiva. Eles são transformados, devida e indevidamente, nos novos heróis do sistema. Mas a administração da prosperidade o favorecimento sob todas as formas da acumulação de capital e da expansão da organização burocrática produzem distorções. Quando se desencadeia a crise, a burguesia, favorecida, deixa-se tutelar, acorda, pretende reassumir o poder, eventualmente devolver ao mercado a solução da crise. Os tecnoburocratas são transformados nos vilões do sistema.

Depois de algum tempo, entretanto, a burguesia percebe que ela própria não tem condições de administrar a crise, e que deixar a solução para o mercado, para a recessão, se não é uma estratégia suicida é pelo menos irracional. Não lhe resta outra alternativa senão chamar de novo a tecnoburocracia para ajudá-la a administrar a crise e estabelecer as bases para uma nova expansão.

Na França a relação entre a prosperidade e o aumento de poder da tecnoburocracia, a recessão e a perda de poder pode ser observada muito claramente desde que a formação social assumiu o caráter de capitalismo monopolista de estado. O período gaulista, entre 1958 e 1969, foi de grande prosperidade econômica e de extraordinário crescimento do

poder tecnoburocrático. Desde então e principalmente desde 1973 a economia francesa entrou em recessão e a tecnoburocracia em desgraça. É provável que em outras sociedades caracterizadas pelo capitalismo tecnoburocrático essa relação possa ser observada.

No Brasil esse fenômeno cíclico já ocorreu anteriormente a 1964. A tecnoburocracia apareceu pela primeira vez de forma significativa na história do país no primeiro governo Vargas, e foi alijada do poder com a redemocratização em 1945. Reassumiu importância no segundo governo Vargas e no Governo Kubitschek, quando a economia expandiu-se fortemente, para entrar em crise em seguida, juntamente com a recessão econômica, e afinal ser substituída por uma nova fração da tecnoburocracia em 1964.

A fração da tecnoburocracia que assumiu o poder em 1964 viu ser poder crescer extraordinariamente especialmente a partir do “milagre!”. Só entrou em crise com o esgotamento do ciclo expansivo, em 1974. Desde então revela-se incapaz de resolver a crise; a política econômica tornou-se endógena, fruto contraditório das pressões da sociedade; o estado, administrado por um governo sem legitimidade, paralisou-se. Provavelmente não restará à burguesia outra alternativa para evitar uma convulsão social senão chamar outras frações da tecnoburocracia, com maior legitimidade política e novas propostas de política econômica. Se no plano político a alternativa para a burguesia é a redemocratização e a Assembléia Constituinte, que permitam o estabelecimento de um novo pacto social no país, no plano econômico a alternativa é repensar toda a política econômica e social do país, apoiada não apenas nos setores majoritários da classe trabalhadora sobre os quais mantém hegemonia ideológica, mas também em novas frações mais inovadoras e mais legítimas porque mais representativas da tecnoburocracia.(30/11)